

EDITORIAL

O segundo número do quarto volume, publicado no segundo semestre de 2016, apresenta discussões relevantes para a economia regional e áreas afins.

O primeiro artigo analisa o comportamento do café em grãos no mercado internacional ao longo do período 1964/65-2014/15 e elabora cenários, utilizando abordagem econométrica. As simulações e cenários elaborados para a demanda e oferta são úteis para estudiosos do mercado cafeeiro, sinalizando manutenção dos preços elevados do café até a safra 2020/21.

O segundo artigo analisa o perfil espacial da localização do emprego formal no estado do Paraná, no período de 2002 e 2011, a partir de medidas de localização para o estudo dos setores econômicos nas mesorregiões. Os resultados sinalizam concentração do emprego no setor agrícola em quase todas as mesorregiões paranaenses exceto, a Metropolitana de Curitiba. Por outro lado, a indústria dinâmica concentra o emprego nas regiões Metropolitana de Curitiba e Sudoeste.

O terceiro artigo propõe um indicador de desenvolvimento com o diferencial de ser construído apenas com variáveis que buscam refletir as causas do desenvolvimento, e não seu efeito. Foram utilizadas técnicas estatísticas e de análise fatorial para a formulação do indicador em questão e, verificar os municípios que se desenvolverão de forma mais rápida. O estudo conclui que as cidades que apresentarão melhores condições socioeconômicas são Ibema, Cascavel, Cafelândia, Santa Terezinha de Itaipu e Toledo

O quarto artigo discute a influência das ações coletivas, com foco nas cooperativas, sobre a cadeia produtiva da soja paranaense. Os autores verificam que os produtores rurais se organizam em razão de seus interesses em comum, à medida que sabem que não teriam êxito ao agirem individualmente, logo as cooperativas exercem significativa influência na cadeia produtiva da soja, os produtores cooperados paranaenses apresentam elevada produtividade e têm contribuído para a conquista de mercados externos, pois apresentam vantagem comparativa revelada na sojicultura.

O quinto artigo analisar a probabilidade de inserção setorial no primeiro emprego e reemprego no mercado de trabalho formal e privado na região Sul do Brasil, a partir dos dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - do Ministério do Trabalho e Emprego de 2013. Os resultados encontrados evidenciam maiores chances de absorção do trabalho feminino nos setores de comércio e serviços, e do trabalho masculino nos setores agrícola e industrial. A pesquisa permite inferir que indivíduos com maior grau de escolaridade (nível superior) têm maior probabilidade de se engajarem no setor de serviços, pois a remuneração média é maior. Já as chances de inserção dos indivíduos com baixa instrução são mais elevadas na indústria, revelando a pior situação das indústrias em relação aos outros setores no que se refere ao capital humano.

O sexto artigo objetivo analisa as principais causas da rotatividade em uma rede de supermercados localizado da região Oeste de Santa Catarina a partir do ponto de vista dos funcionários. Os instrumentos para coleta de dados foram uma pesquisa documental com as entrevistas de desligamento, seguida por um grupo focal e uma entrevista semiestruturada. As autoras concluem que os motivos principais que contribuem para a rotatividade na rede de supermercados analisada são os aspectos relacionados ao bem-estar no trabalho, justiça e equidade, liderança e relacionamento com colegas de trabalho.

O sétimo artigo analisa os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nos gastos com pessoal em municípios do estado de São Paulo no período de 1997 a 2014. Os autores utilizam o modelo econométrico de Diferença em Diferença com Ajuste de Poligonais para aferir o comportamento dos gastos com pessoal entre os municípios de São Paulo, Campinas, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Sorocaba, Santos e Ribeirão Preto sob os impactos da LRF. Os resultados demonstraram que os municípios avaliados reduziram suas despesas com pessoal após o ano de 2005. Adicionalmente, a capital do estado paulista mostrou-se mais eficiente em relação aos demais municípios avaliados, no que se refere às readequações das despesas com pessoal após a efetiva implantação da LRF, em 2005.

Agradecemos aos autores que nos enviaram seus trabalhos e aos avaliadores que colaboram no processo dando valiosas sugestões nos artigos selecionados para publicação e desejamos uma boa leitura a todos!

Marcia Regina Gabardo da Camara

Editora Chefe